

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 07/2018 DE 20 DE ABRIL

Aos **vinte** dias do mês de **abril** do ano de **dois mil e dezoito**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sétima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. José Augusto Calçada Ferreira, Vereador a Tempo Inteiro, e Srs. Manuel Marques Custódio e Dr. Hugo Filipe Afonso Trindade, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e trinta cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Comemorações do 25 de abril.** -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo do programa municipal alusivo às comemorações do 25 de abril. -----

----- **b) Ranking dos Municípios.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio referiu ter visto no facebook da Rádio Escuro a notícia de que o Município estaria em 2017 na posição 248.^a no ranking da “Transparência Municipal”. O Sr. Presidente informou que aquele ranking suporta-se tão-somente na informação que consta na página eletrónica dos municípios da Internet. Ora nem todos os municípios têm condições para ter recursos humanos que, em permanência, se encarreguem da manutenção da página da internet. Além disso há elementos que aquela organização considera que não têm correspondência legal. No caso deste Município, o essencial da informação que legalmente é exigida consta do portal. -----

----- **c) Envio da documentação da Prestação de Contas.** -----

----- Em relação às Contas de 2017, o Sr. Vereador Manuel Custódio informou não ter recebido a parte respeitante à Prestação de Contas. Recebeu somente o Relatório de Gestão. -----

----- O Sr. Presidente informou que a Prestação de Contas de 2017 foi enviada por correio eletrónico para o endereço do Sr. Vereador em 13 de abril. Mas também já não sabe se o Sr. Vereador mora em Viseu, em Lisboa ou na Queiriga.

----- O Sr. Vereador frisou que ficou oportunamente acordado em reunião camarária no início do mandato que a documentação das reuniões lhe fosse enviada por correio eletrónico, sendo que no caso das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento e Prestação de Contas seriam enviados por correio para a Queiriga. Afirmou ainda não ter recebido o e-mail. -----

----- **e) Transporte de água no período de seca extrema nos meses de setembro, outubro de novembro de 2017 – Despesas.** -----

----- Os Srs. Vereadores Manuel Custódio e Hugo Trindade solicitaram ao Sr. Presidente que em próxima reunião apresente as despesas, por fornecedor, com o transporte de água no período de seca extrema vivida nos meses de setembro a novembro de 2017. -----

----- **d) Contas de 2017 – Participação na reunião do Dr. José Lima, Auditor Externo.** -----

----- O Sr. Dr. José Lima, Revisor Oficial de Contas (ROC) da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, Auditor Externo para as contas do Município do exercício de 2017, esteve presente na reunião conforme apurado e a seu pedido, no sentido de dar a conhecer ao Executivo Municipal a metodologia que esteve subjacente à elaboração da Certificação Legal de Contas (CLC) e ao Parecer sobre as mesmas, bem como para prestar os esclarecimentos eventualmente solicitados pelos membros da Câmara Municipal. -----

----- Começou por referir que a elaboração da CLC obedece a um conjunto de Normas Internacionais de Auditoria que têm que ser formalmente cumpridas. Há uma calendarização das ações e atividades a desenvolver, começando em junho com a elaboração do Relatório Semestral. -----

----- Referiu que a sua atuação enquanto Auditor Externo não configura nenhum ato de fiscalização sobre o mérito ou demérito das contas, já que tal competência está legalmente consagrada às assembleias municipais. O Auditor Externo limita-se a emitir uma opinião sobre as contas tendo em conta o referencial contabilístico em vigor (atualmente o POCAL). E é sobretudo ao nível da dívida que incide em primeiro

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

lugar a tenção do auditor. O auditor tem que assegurar, embora por amostragem, que as dívidas aos fornecedores são as que constam das contas. Também testa a faturação dos fornecedores através do e-fatura. Especificamente no que diz respeito á CLC das contas de 2017 do Município, apenas fez uma reserva que diz respeito ao inventário provado e público, visto ainda não estar concluído. No entanto, o auditor quando está a certificar (as contas) está a comprometer-se com as contas aprovadas pela câmara municipal, já que só após esta aprovação é que é emitida a CLC e o Parecer para serem presentes à respetiva assembleia municipal. -----

----- Concluída a intervenção e não tendo sido apresentados quaisquer pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente realçou o modo como a mesma foi efetuada e agradeceu a presença do Dr. José Lima e os esclarecimentos prestados, tendo o mesmo agradecido e ausentando-se de seguida da reunião. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia seis de abril de 2018**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a ata da reunião ordinária do dia seis de abril de 2018. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Apreciação e aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2017.** -----

----- Foram presentes à reunião o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2017, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados (modelo F4), oportunamente entregues à Vereação. -----

----- Relativamente à Execução Orçamental do exercício de 2017, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa anexo à Prestação de Contas que o montante total das Receitas Orçamentais, incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 806.320,30 (oitocentos e seis mil, trezentos e vinte euros e trinta cêntimos) foi de € 7.424.248,78 (sete milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e oito euros e setenta e oito cêntimos), sendo o montante das Despesas Orçamentais realizadas no montante de € 6.432.255,58 (seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 991.993,20 (novecentos e noventa e um mil, novecentos e noventa e três euros e vinte cêntimos). -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, verifica-se no mesmo Mapa que o montante das entradas de fundos (recebimentos), incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 287.147,67 (duzentos e oitenta e sete euros, cento e quarenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), se cifrou no montante de € 714.665,26 (setecentos e catorze mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e vinte seis cêntimos), constatando-se uma saída de fundos (pagamentos) no valor de 384.346,11 (trezentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos) transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 330.319,15 (trezentos e trinta mil, trezentos e dezanove euros e quinze cêntimos). -----

----- Conforme Relatório de Gestão constata-se que: -----

----- a) O Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI), visto que o saldo corrente (diferença entre a receita corrente e a despesa corrente) ascendeu ao valor de € 1.209.028,88 (um milhão, duzentos e nove mil, vinte e oito euros e oitenta e oito cêntimos), significativamente superior ao montante das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (€ 576.149,70).-----

----- b) A dívida total do Município reportada a 31 de dezembro de 2017 apurada nos termos definidos no n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI, ascendeu a € 3.852.356,83 (três milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e seis euros e oitenta e três cêntimos). -----

----- c) A dívida total, excluídos os empréstimos, ascende a € 800.252,63 (= € 3.852.356,83 – € 3.052.104,20), que é muito inferior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (€ 4.369.958,37), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI; -----

----- d) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (€ 5.826.611,96), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI; -----

----- e) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI, limite esse apurado no montante de € 8.739.917,94 (oito milhões, setecentos e trinta e nove mil, novecentos e dezassete euros e noventa e quatro cêntimos), pelo que, de acordo com a alínea b), do n.º 3, do mesmo artigo 52.º, o Município só pode aumentar aquele limite em 2018 no valor correspondente a 20 % da margem disponível no início do exercício. -----

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- Conforme Demonstração de Resultados constante da Prestação de Contas, o resultado líquido do exercício ascende a € 1.250.030,57 (um milhão, duzentos e cinquenta mil, trinta euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

----- No Relatório de Gestão o Sr. Presidente da Câmara propõe, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aqueles resultados líquidos sejam levados à conta 59 – Resultados Transitados, e seja constituído o reforço anual da conta 571 – “Reservas legais” no valor de € 62.501,53 (sessenta e dois mil, quinhentos e um euros e cinquenta e três cêntimos), correspondente a 5% do referido resultado líquido do exercício, não havendo necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – “Património” ser já superior a vinte por cento do ativo líquido. -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez uma apresentação detalhada sobre as Contas de 2017. -----

----- Concluída a intervenção, o Sr. Vereador Manuel Custódio referiu haver empréstimos de médio e longo prazos contratados nos mandatos do Sr. Presidente que omitiu na entrevista que deu à Rádio Escuro. Verificada a situação mediante consulta dos processos de empréstimo, verificou-se que os empréstimos a que se refere o Sr. Vereador foram contraídos no mandato do mesmo quando foi Presidente da Câmara. O Sr. Presidente esclareceu que somente contraiu um empréstimo no âmbito do Programa II do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). O Sr. Vereador referiu ainda parecer haver um decréscimo da atividade de construção, e em particular o número de alvarás de construção para unidades industriais. Ora devia ser aqui que deveria estar o foco do Sr. Presidente para promover o crescimento e desenvolvimento do concelho. O Sr. Presidente retorquiu que as licenças de construção para fins industriais concedidas superam as emitidas no mandato do Sr. Vereador. -----

----- O Sr. Vereador Hugo Trindade interveio entretanto, começando por dar os parabéns ao Sr. Presidente pela gestão feita até agora. Referiu contudo que há necessidade de material de transporte, já que muitas das viaturas ao serviços têm já um período de utilização muito longo, nalguns não podendo sequer servir para determinados transportes específicos, como é o caso do autocarro que deixou de poder efetuar transporte escolar. Julga também haver falta de obras estruturais “de futuro”.

Há necessidade de ampliar a zona industrial para captar novos investimentos. A este respeito o Sr. Presidente informou que está já elaborado o projeto de ampliação da zona industrial, oportunamente dado a conhecer à Vereação, que irá ser implementado por fases. Informou ainda que o Sr. Miguel Batista, com unidade industrial ligada ao setor de construção civil instalada no Loteamento Industrial de Vila Nova de Paiva, vai centralizar a sua atividade no concelho. Também a firma Nova Cable duplicou os postos de trabalho e pretende ampliar as instalações. -----

----- Concluídas as intervenções o Sr. Presidente colocou à votação as Contas de 2017 do Município. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com voto contra do Sr. Vereador Manuel Custódio, aprovar o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do exercício de dois mil e dezassete, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **b) Retificação do Orçamento Municipal para o exercício de 2018** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara, para submissão à aprovação da Assembleia Municipal. –

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 16 de abril de 2018, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) O Orçamento Municipal (e as Grandes Opções do Plano) para o exercício de 2018 foi aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva por deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 27 de dezembro de 2017, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária de 15 de dezembro de 2017.

b) Aquando da elaboração daquele documento previsional da receita e da despesa para o ano financeiro de 2018, ao ser selecionado o respetivo módulo orçamental informático, por lapso foi carregado exemplar onde constavam, do lado da receita, as contas 16 (Saldo da gerência anterior), dotada com oitocentos mil e cinquenta euros) e 17 (Operações extraorçamentais), dotada com cem euros, conforme se pode verificar no extrato do referido Orçamento Municipal inicial anexo à presente proposta (folhas 1 a 3), contas essas que nele não deveriam constar, em particular a conta 17 por já ter sido eliminada do elenco de contas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual.

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

c) Ora, de acordo com o POCAL, apesar do disposto no seu ponto 2.6.1., só após o apuramento do saldo da gerência anterior e a apreciação e votação da prestação de contas pela assembleia municipal, o respetivo montante pode ser utilizado, o que implica a elaboração de uma revisão orçamental nos termos preconizados nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL.

d) Refira-se que na 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal para o ano financeiro de 2018, aprovada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2018, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 2 de fevereiro de 2018, foram já anuladas as dotações das contas 16 e 17 no valor total de cento e cinquenta euros, a saber: a dotação da subconta 16.01.03 -Saldo da gerência anterior/Saldo orçamental/Na posse do serviço-Consignado, no valor de cinquenta euros, e as dotações das subcontas 17.01 – Operações extraorçamentais/Operações de tesouraria – Receitas do estado, no valor de cinquenta euros, e 17.02 – Operações extraorçamentais/Outras operações de tesouraria, no valor de cinquenta euros.

e) Importa assim anular o saldo da subconta 16.01 – Saldo da gerência anterior/Saldo orçamental, no valor de oitocentos mil euros, neste caso por contrapartida do aumento, em idêntico valor, da receita esperada da subconta 10.03.07 – Transferências de capital/Administração Central/Estado-Participação comunitárias em projetos cofinanciados, conforme extrato do Orçamento Municipal que se anexa (folhas 4 e 5) já expurgado das referidas contas 16 e 17, e com o reforço de receita na subconta 10.03.07, não se alterando assim o valor do orçamento inicial, e que deverá ter efeitos reportados a 1 de janeiro de 2018.

f) O saldo da gerência de 2017 foi já apurado no montante de novecentos e noventa e um mil, novecentos e noventa e três euros e vinte cêntimos, cuja utilização está inserida na 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do corrente mês de abril, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal a apreciar na reunião ordinária a realizar no próximo dia 20 de abril.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, no sentido de relevar o lapso orçamental ocorrido, e aprovar a retificação do Orçamento Municipal nos termos acima

propostos, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2018, passando tal Orçamento Municipal retificado a valer como orçamento inicial.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **c) Segunda Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para o exercício de 2018, com integração do saldo da gerência de 2017,** para submissão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a segunda Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018. -----

----- **d) Conhecimento da 3.^a Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 3.^a Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2018,** aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 12 de abril de 2018, no uso de competência delegada.

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **e) Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 –** Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 13 de abril de 2018. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de abril de 2018, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. O Mapa de Pessoal para o ano de 2018 foi aprovado pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva por deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 27 de dezembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2017.

2. No referido Mapa consta um posto de trabalho de chefe de unidade municipal, correspondente ao cargo de direção intermédia de 3.º grau de Chefe da Unidade Social e Cultural (USC), previsto na estrutura orgânica flexível dos serviços municipais em vigor, aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de janeiro de 2013.

3. A elaboração daquela estrutura orgânica obedeceu aos condicionalismos introduzidos nomeadamente em relação ao número máximo de dirigentes municipais decorrentes das alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, ao Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e por força do art.º 47.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado de 2012), na redação introduzida pela Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio, que prescreveu no sentido de uma redução mínima de 15% do número global de dirigentes

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

dos municípios, tendo aquele Estatuto sido adaptado às especificidades da administração local autárquica com a publicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, que revogou o anterior regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas.

4. No caso deste Município, e decorrente daqueles normativos, apenas podiam ser providos, no máximo, dois postos de trabalho correspondentes ao cargo de chefe de divisão municipal (direção intermédia de 2.º grau), e um posto de trabalho correspondente a cargo de direção intermédia de 3.º grau.

5. Sob n/ proposta datada de 10 de dezembro de 2012, a Câmara Municipal deliberou em reunião ordinária que teve lugar no dia 13 de dezembro de 2012, ao abrigo e em conformidade com o disposto na alínea a) do artigo 7.º, conjugada com o n.º 3 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico de organização dos serviços das autarquias locais, e de harmonia com as disposições da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aprovar a referida estrutura orgânica flexível publicada pela Deliberação n.º 74/2013, procedendo à fusão das anteriores Divisões de Obras Municipais (DOM) e do Ambiente e Urbanismo (DUA), que deram lugar à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), mantendo a Divisão de Administração e Finanças (DAF) e sendo criada a Unidade Social e Cultural (USC), unidade municipal dirigida por dirigente intermédio do 3.º grau (designado de chefe de unidade municipal), que substituiu a anterior Divisão Social e Cultural (DSC).

6. De referir que o capítulo II da estrutura orgânica relativo aos cargos de direção intermédia de 3.º grau foi aprovado pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal na referida reunião ordinária de 13 de dezembro de 2012, em cumprimento dos n.ºs 2 e 3 do art.º 4.º da Lei n.º 49/2012.

7. Foram entretanto introduzidas alterações à Lei n.º 49/2012, de 31 de dezembro, através das Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 42/2016, de 28 de dezembro, e 114/2017, de 29 de dezembro, respetivamente Leis do Orçamento do Estado para os anos de 2015, 2017 e 2018, que revogaram os artigos 8.º e 9.º, respeitantes, respetivamente, ao provimento dos cargos de chefe de divisão e de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, e o artigo 25.º que previa os mecanismos de adequação da estrutura orgânica dos municípios, deixando de haver limites ao número de dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau ou inferior, e foram também alteradas as regras relativas ao provimento dos cargos de diretor municipal e de

diretor de departamento, que passam a poder ser providos desde que assegurada a correspondente cobertura orçamental e demonstrados critérios de racionalidade organizacional face às atribuições e competências, revogando-se os anteriores condicionalismos; foram ainda revogados os artigos 20.º e 21.º, relativos, respetivamente, à impossibilidade de os municípios em situação de saneamento financeiro, aumentarem o número de dirigentes providos e aos mecanismos de flexibilidade.

8. De notar que neste Município, em conformidade com as alíneas a), c), d) e f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi aprovado pela Assembleia Municipal o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais publicado pelo Despacho n.º 1.241/2011 na 2.ª Série do Diário da República n.º 9, de 13 de janeiro de 2011, que definiu a organização interna dos serviços municipais, optando pelo modelo de estrutura hierarquizada, constituída por unidades orgânicas flexíveis (estrutura flexível), tendo fixado em quatro o número máximo de unidades orgânicas dirigidas por chefes de divisão municipal (cargos de direção intermédia de 2.º grau), e igualmente em quatro o número máximo de unidades orgânicas lideradas por dirigentes intermédios de 3.º grau ou inferior (cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior), e em três o número máximo de subunidades orgânicas coordenadas por coordenadores técnicos e, por último, em três o número máximo de equipas de projeto temporárias que podem ser criadas.

9. Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar, manter ou alterar os mapas de pessoal, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugada com a alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

10. Por sua vez, compete à câmara municipal, sob proposta do presidente da câmara, a criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas flexíveis e a definição das respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal (alíneas a) e b), do art.º 7.º, conjugadas com o n.º 3 do art.º 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro), competindo ao presidente da câmara a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas flexíveis, bem como a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa de pessoal (cf. art.º 8.º do mesmo Decreto-Lei n.º 305/2009).

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

11. Nesta conformidade, atendendo a que foram removidos os condicionalismos legais ao número máximo de cargos dirigentes municipais, julga-se poder ser alterado o Mapa de Pessoal em vigor no sentido de ser previsto um posto de trabalho correspondente ao de chefe de divisão municipal (cargo de direção intermédia de 2.º grau) para dirigir a unidade orgânica a designar de Divisão Social e Cultural (DSC), a concretizar após alteração da estrutura orgânica aprovada pela Deliberação n.º 75/2013, sendo automaticamente extinto o posto de trabalho correspondente ao cargo de direção intermédia de 3.º grau de chefe de unidade municipal da Unidade Social e Cultural (USC), com a publicação, na 2.ª Série do Diário da República, da alteração à estrutura orgânica, considerando-se ainda revogado o Capítulo II da Deliberação n.º 75/2013.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos e ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugada com a alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nos seguintes termos:

1.º) Aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018 no sentido de passar a ser previsto um posto de trabalho correspondente ao de chefe de divisão municipal (cargo de direção intermédia de 2.º grau) para dirigir a unidade orgânica a designar por Divisão Social e Cultural (DSC), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2.º) Autorizar a revogação do Capítulo II da Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de janeiro de 2013, após alteração, pela Câmara Municipal, da referida estrutura orgânica por forma a criar aquela nova unidade orgânica flexível e a definir as respetivas atribuições e competências, sendo automaticamente extinto no Mapa de Pessoal o posto de trabalho correspondente ao cargo de direção intermédia de 3.º grau de chefe de unidade municipal da Unidade Social e Cultural (USC), com a publicação, na 2.ª Série do Diário da República, da referida alteração da estrutura orgânica, como regula o n.º 6 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

3.º) Manter, ao abrigo do n.º 2 do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, para o corrente mandato autárquico, o abono mensal para despesas de representação aos titulares dos cargos dirigentes de direção intermédia de 2.º grau (conforme foi igualmente deliberado pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012), no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais (cf. Despacho Conjunto n.º 625/99, de 13 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 179, de 3 de Agosto de 1999, estando atualmente fixado o abono em cento e noventa e quatro euros e oitenta cêntimos, a processar em doze mensalidades). ”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **f) Escolha das entidades a convidar nos procedimentos de ajuste direto e de consulta prévia – Artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) –** Proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de abril de 2018, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. A designada “regra do controlo trienal da despesa” ou “regra dos três anos” para a escolha de entidades a convidar nos procedimentos de ajuste direto prevista art.º 113.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, sofreu uma significativa alteração na versão alterada e republicada pela Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro, e 42/2017, de 30 de novembro).

2. Na nova versão do CCP foi revogada a parte final do n.º 2 do art.º 113.º, que se referia a “contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar”, passando assim a contabilização dos preços contratuais acumulados a ser feita apenas em função da entidade e não em função do Código CPV (Vocabulário Comum dos Contratos Públicos) das prestações em causa, estabelecendo-se limites máximos a partir dos quais determinados fornecedores deixam de poder ser convidados tendo em conta o seu passado contratual recente,

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

com o objetivo de impedir que as relações contratuais decorrentes de procedimentos fechados se perpetuem com as mesmas entidades.

3. Assim, o n.º 2 do art.º 11.º do CCP passou a dispor que não podem ser convidadas a apresentar propostas, entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado – ao abrigo do critério do valor do contrato – no económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia ou ajuste direto adotados nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do artigo 19.º e alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 20.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas. Graficamente:

Controlo trienal da despesa (n.º 2 do art.º 113.º)	Convite a operador económico – Preço contratual acumulado “no ano económico em curso e nos 2 anos económicos anteriores”	
	Aquisição ou locação de bens móveis e aquisição de serviços (art.º 20.º)	Empreitadas de obras públicas (art.º 19.º)
Consulta prévia	Convida se acumulado < € 75.000,00 (alínea c), do n.º 1, do art.º 20.º)	Convida se acumulado < € 150.000,00 (alínea c) do art.º 19.º)
Ajuste direto (normal + simplificado)	Convida se acumulado < € 20.000,00 (alínea d), do n.º 1, do art.º 20.º)	Convida se acumulado < € 30.000,00 (alínea d) do art.º 19.º)

4. Face à nova redação do n.º 2 do art.º 113.º do CCP, a questão que se colocou era a de saber se eram ou não contabilizados em 2018, para aplicação da regra do controlo anual, os contratos celebrados em 2016 e 2017 na sequência de ajustes diretos.

5. Face à polémica que esta questão tem suscitado, o IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., na FAQ.8 da sua Orientação Técnica n.º 01/CCP/2018, de 2 de fevereiro, sobre a matéria, disponível no respetivo portal, cuja extrato se anexa, vem produzir o entendimento de que, durante o ano de 2018 os contratos celebrados na sequência de ajustes diretos ou de consultas anteriores a 1 de janeiro de 2018 (ou seja, celebrados em 2016 e 2017), são considerados para efeitos de contabilização dos limites previstos no n.º 2 do art.º 113.º do CCP, na nova redação.

6. O mesmo IMPIC, em 7 de março de 2018, produziu um esclarecimento à referida FAQ.8, cuja cópia se anexa, dando conta de que a matéria em causa corresponde ao novo paradigma da contratação pública que a última revisão do CCP visa implementar. Contudo admitem que no período transitório de 2018 e 2019

sempre que não seja possível cumprir a Orientação vertida naquela FAQ, podem não ser contabilizados os contratos celebrados em 2017 e 2016, reiterando no entanto que as entidades adjudicantes devem envidar esforços para cumprir sempre e ou assim que possível, a orientação em causa.

7. Sendo matéria polémica, há entidades que têm vindo a tomar posição diversa da perfilhada pelo IMPIC, como é o caso da ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local, que a folhas 7 e 8 da Revista “O Municipal” n.º 408, de janeiro/fevereiro de 2018, cuja cópia em extrato se anexa, e que após análise daquela Orientação Técnica do IMPIC, entendem que se deve considerar aplicável o n.º 2 do art.º 113.º do CCP apenas a procedimentos novos, isto é, iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018, concluindo impor-se a reponderação e clarificação da resposta à FAQ.8, suportando a sua interpretação, em resumo, nos seguintes pressupostos essenciais:

a) O n.º 2 do art.º 113.º do CCP trata factos relativamente aos quais é claramente aplicável o n.º 2 do art.º 12.º do Código Civil, a saber, quando a lei dispõe sobre as condições de validade substancial ou formal de quaisquer factos ou sobre os seus efeitos, entende-se em caso de dúvida, que só visa os factos novos;

b) De acordo com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, diploma preambular da nova versão do CCP, este só é aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados após a data da sua entrada em vigor (1 de janeiro de 2018), não prevendo este normativo especificamente que os efeitos de procedimentos anteriores se repercutam na escolha em novos procedimentos do art.º 113.º.

8. Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, para efeitos de aplicação prática nesta Câmara Municipal da referida regra de controlo trienal do art.º 113.º do CCP, e com efeitos retroagidos a 1 de janeiro de 2018, que seja perfilhado o entendimento da ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local, divulgado a folhas 7 e 8 da Revista “O Municipal” n.º 408, de janeiro/fevereiro de 2018, no sentido do n.º 2 do art.º 113.º do CCP, na sua nova versão, apenas ser aplicável a procedimentos novos, isto é, iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018.”

----- A solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dr. Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças prestou esclarecimentos relativamente ao assunto em apreço. -----

Ata N.º	07/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara acima transcrita. -----

----- **g) Apoio municipal ao funcionamento do setor de comunicações da AHB Voluntários de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º 34/2018, de 3 de abril de 2018, registado em 3 de abril de 2018, a AHB Voluntários solicita a manutenção do apoio municipal nos termos do Protocolo de Cooperação celebrado em 10 de outubro de 2017, que irá caducar em 31 de maio de 2018 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de manutenção do apoio municipal e aprovação da minuta do protocolo de cooperação.

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de abril de 2018, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 1 de setembro de 2017, foi autorizada a concessão de apoio municipal ao funcionamento do setor de comunicações da AHB Voluntários de Vila Nova de Paiva, pelo prazo de um ano, com produção de efeitos desde o dia 1 de junho de 2017, caducando em 31 de maio de 2018, tendo a Assembleia Municipal, por deliberação tomada na sessão ordinária realizada no dia 20 de setembro de 2017, autorizado a realização dos encargos plurianuais inerentes à despesa em causa, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

b) O apoio municipal assumiu a forma pecuniária, no montante até € 15.000,00 (quinze mil euros), processados em doze prestações mensais iguais e sucessivas, conforme Protocolo de Cooperação celebrado em 10 de outubro de 2017.

c) Por ofício n.º 34/2018, de 3 de abril de 2018, registado em 3 de abril de 2018, a Direção da AHB solicita a possibilidade de manutenção daquele apoio municipal nos termos do Protocolo de Cooperação celebrado.

d) As associações humanitárias de bombeiros (AHB) são pessoas coletivas sem fins lucrativos, que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens (art.º 2.º do regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros aprovado pela Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, alterado pela Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto).

e) Os municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil, e as câmaras municipais têm entre as respetivas competências materiais, nomeadamente a de deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (artigos 23.º, n.º 2, alínea j), e 33.º, n.º 1, alínea o), do regime jurídico das autarquias

locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas).

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

1.º) Autorizar a manutenção do apoio pecuniário à AHB Voluntários de Vila Nova de Paiva por mais um ano, com início em 1 de junho de 2018, no montante até € 15.000,00 (quinze mil euros) a processar em doze prestações mensais iguais e sucessivas.

2.º) Aprovar a minuta do protocolo de cooperação anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante, a outorgar com a referida AHB após autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva para a realização dos encargos plurianuais inerentes à despesa em causa, em conformidade com o estabelecido na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a manutenção do apoio pecuniário proposto por mais um ano e aprovar a minuta do protocolo, devendo ser submetida à autorização da Assembleia Municipal a realização dos encargos plurianuais subjacentes. -----

----- **h) Fernando Pereira Silva, de Pendilhe** – Por requerimento registado em 23 de março de 2018, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 25 de janeiro de 2018, de segundo descendente, Fausto Rafael Marques Silva – Informação N.º 31-USC-18 de 10 de abril de 2018 de 2018, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. --

----- **i) Marlene Pereira Ferreira, de Queiriga** - Por requerimento registado em 20 de março de 2018, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 08 de janeiro de 2018, de segunda descendente, Yara Sofia Ferreira Almeida – Informação N.º 28-USC-18 de 27 de março de 2018 de 2018, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. --

Ata N.º 07/2018	
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante mil e quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram treze horas, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

